

Rita Martins de Sousa

# MOEDA E METAIS PRECIOSOS NO PORTUGAL SETECENTISTA

1688-1797



temas portugueses

## AGRADECIMENTOS

*Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)* é uma versão revista da minha tese de doutoramento, apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Nuno Valério.

À Imprensa Nacional-Casa da Moeda, nas pessoas da Dr.<sup>a</sup> Margarida Santos, da Dr.<sup>a</sup> Margarida Ortigão Ramos e de Isabel Arnould, dirijo os meus sinceros agradecimentos. No Arquivo Histórico da Casa da Moeda de Lisboa não só beneficiei da disponibilidade inexcedível quer da directora, quer da responsável do arquivo, como me foi largamente facilitado o acesso a todos os livros e documentação que fazem parte do principal acervo documental desta investigação. O meu agradecimento dirige-se também ao apoio dado à edição deste trabalho pela INCM.

Gostaria de agradecer igualmente a Michel Morineau, que conheci no Arquivo da Casa da Moeda e com quem tive o privilégio de trocar ideias e diversa documentação. Pela leitura crítica de versões anteriores à agora publicada agradeço a Francisco Mendes e a Manuela Rocha.

Todos as imprecisões são da minha responsabilidade, mas, como escreveu Bento de Jesus Caraça: «Se não receio o erro é porque estou sempre pronto a corrigi-lo.» Eu também.

## CONVENÇÕES E ABREVIATURAS

Em todas as citações desdobraram-se as abreviaturas, respeitando-se a ortografia original.

A numeração das notas é autónoma em cada capítulo.

As abreviaturas usadas foram as seguintes:

- ACML — Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa
- AHMOP — Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
- AHMP — Arquivo Histórico Municipal do Porto
- AHU — Arquivo Histórico Ultramarino
- IAN/TT — Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
- ATC — Arquivo do Tribunal de Contas
- BA — Biblioteca da Ajuda
- BGC — Biblioteca Geral de Coimbra
- BMP — Biblioteca Municipal do Porto
- BNL — Biblioteca Nacional de Lisboa

## INTRODUÇÃO

Em Portugal são raros os trabalhos no campo da história económica que apresentam as variáveis monetárias como objecto de estudo<sup>1</sup>. Se percorrermos os estudos sobre o século XVIII, em que a moeda é objecto de reflexão, verificaremos que a obra *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*, de Vitorino Magalhães Godinho<sup>2</sup>, continua a ser o trabalho de referência, uma vez que, para aquela centúria, tem-se abordado sobretudo os efeitos do ouro do Brasil na economia e na sociedade portuguesas de um modo geral e não se tem problematizado as consequências das chegadas de ouro a nível monetário.

O papel assumido pelo ouro brasileiro no delinear da conjuntura da centúria de Setecentos e no desenvolvimento da economia

---

<sup>1</sup> A história do Banco de Portugal de Jaime Reis veio juntar-se recentemente aos escassos trabalhos existentes. Ver Jaime Reis, *O Banco de Portugal das Origens a 1914*, vol. I, Lisboa, 1997. Para os séculos XIX-XX, salientem-se os estudos de Maria Eugénia Mata, *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, Lisboa, 1987, de Nuno Valério, *A Moeda em Portugal, 1914-1949*, Lisboa, 1984, e de Jorge Braga de Macedo, *Portfolio Diversification and Currency Inconvertibility: Three Essays in International Monetary Economics*, Lisboa, 1982. Veja-se também o número especial da revista *Estudos de Economia* sobre história monetária portuguesa, vol. XII, n.º 1, Out.-Dez. de 1991, assim como o trabalho «War, Taxes and Gold: The Inheritance of the Real», Jorge Braga de Macedo, Álvaro Ferreira da Silva e Rita Martins de Sousa, in Michael D. Bordo and Roberto Cortés-Conde (ed.), *Transferring Wealth and Power from the Old to the New World — Monetary and Fiscal Institutions in the 17<sup>th</sup> through the 19<sup>th</sup> Centuries*, Cambridge University Press, 2001.

<sup>2</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*, Paris, Armand Colin, 1955.

portuguesa face às economias europeias, em particular face à economia inglesa, tem sido o vector dominante de análise. Jaime Cortesão, por exemplo, concluiu que o ouro do Brasil «veio interromper a regeneração económica iniciada no século anterior» ao criar «um clima de estufa» o que conduziu ao definhamento das «actividades normais, orgânicas e fecundas, ao passo que as exóticas, dispensáveis ou parasitárias, irromperam com violência»<sup>3</sup>. Para Sandro Sideri, o metal brasileiro contribuiu sobretudo para o desenvolvimento inglês e para o funcionamento dependente da economia portuguesa, adiando dessa forma uma crise estrutural. Quando começam a diminuir as entradas de ouro em meados de Setecentos, torna-se visível a depressão económica geral: «os investimentos começaram a diminuir, a circulação monetária tornou-se menor (acompanhada de enormes flutuações na criação de moeda)»<sup>4</sup>. Em estudos mais recentes, o ciclo do ouro é igualmente considerado determinante na explicação da conjuntura setecentista. A primeira metade do século XVIII corresponde a um período de conjuntura expansionista, ao passo que a partir de meados do mesmo século ocorre uma queda da prosperidade económica, que é explicada pela diminuição das chegadas de metal precioso do Brasil<sup>5</sup>.

Nestes estudos, ressalta-se a importância do ouro brasileiro no desenvolvimento inglês. O pagamento de saldos comerciais luso-britânicos regularmente deficitários é o factor explicativo da contínua saída de metal precioso. Portugal não soube aproveitar estes fluxos de metal vindos do Brasil para desencadear alterações estruturais. Os benefícios ter-se-ão circunscrito à conjuntura da primeira metade da centúria de Setecentos. Estas conclusões são sistematicamente extraídas com base nos fluxos anuais de ouro brasileiro, daí a correlação apresentada entre chegadas e comportamento da conjuntura. Assim, e independentemente da validade das conclusões, o que desde já se questiona é a hipótese de drenagem total do ouro entrado anualmente.

---

<sup>3</sup> Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, tomo I, Rio de Janeiro, 1956, p. 69.

<sup>4</sup> Sandro Sideri, *Comércio e Poder, Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*, Lisboa, 1978, p. 99; sublinhados nossos.

<sup>5</sup> Ver José Vicente Serrão, «O quadro económico», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

Partindo da hipótese de que Portugal não foi um mero ponto de passagem para o ouro transportado nas frotas, questionamos os efeitos das chegadas de metal precioso nas emissões e na oferta monetária da economia portuguesa do século XVIII. Mesmo com uma balança comercial deficitária com o nosso principal parceiro comercial, os quantitativos entrados no porto de Lisboa não terão deixado inalterável a oferta monetária. Por sua vez, as variações na oferta monetária terão tido repercussões no crescimento real da economia portuguesa, pelo que será a medição deste impacto que nos permitirá avaliar os efeitos macroeconómicos das chegadas de metal precioso. Será o cálculo da oferta monetária que nos possibilitará a determinação da quantidade de ouro que permaneceu no Reino e, nessa medida, o verdadeiro significado da exportação, em particular, para Inglaterra.

«Moeda e Metais Preciosos», título pelo qual optámos, serão os elementos a relacionar neste trabalho. Desta forma procuramos separar duas componentes que não se confundem na história monetária. Embora num sistema de moeda metálica as moedas principais sejam cunhadas a partir de metal precioso, a existência deste não é sinónimo nem de mercado, nem de moeda. Os metais preciosos serão perspectivados assim, enquanto matérias-primas para a produção de moeda metálica, confinando-se a sua análise à componente monetária, mesmo que indirectamente nos seja possível calcular os montantes destinados ao entesouramento. Os agentes económicos privados só teriam transformado esse metal precioso em moeda quando o preço do metal amoadado era superior ao preço do metal em barra.

A moeda, outro elemento do título, será estudada nas suas funções principais de medida de valor, de meio de pagamento e, mais sumariamente, enquanto reserva de valor. Propomo-nos questioná-la na sua relação com o Estado e os agentes privados. O Estado será apresentado no seu duplo papel, quer enquanto definidor do regime e da política monetária, quer como um dos agentes económicos que determinam os níveis de emissão monetária<sup>6</sup>. Parti-

---

<sup>6</sup> Em trabalho recente procurámos discutir a relação binomial moeda-Estado. Ver Rita Martins de Sousa, «Moeda e Estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)», in *Análise Social*, vol. 168, 2003, pp. 771-792.

mos da hipótese de que o Estado irá condicionar a evolução da curva da amoedação, salientando-se a componente política desta procura, através do estudo da estrutura das despesas públicas. Questionaremos não apenas os quantitativos amoedados, como também os seus destinos, e articularemos o movimento de metais preciosos com as emissões e a oferta monetária.

Toda a problemática deste estudo tem por base a trilogia metais preciosos-emissões monetárias-oferta monetária, e esperamos que permita colmatar o vazio historiográfico existente no âmbito da história monetária, na primeira metade do século XVIII. Quando lemos obras recentes, dirigidas por autores consagrados, verificamos que as séries utilizadas para a produção de moeda metálica de ouro na primeira metade de Setecentos continuam a ser as séries estimadas e publicadas por Soetbeer em 1879, a partir da produção de ouro no Brasil<sup>7</sup>. Em relação à segunda metade do século, a obra *Prix et Monnaies...*, apesar de ser um trabalho de referência, como já tivemos ocasião de assinalar, apresenta também limites na sua análise, pois identifica indevidamente amoedação e oferta monetária.

A problemática geral apresentada foi desdobrada num conjunto de questões relacionáveis. A composição das chegadas é uma primeira interrogação, uma vez que nem todo o ouro foi transportado do Brasil em barra ou em pó. O funcionamento de Casas da Moeda no Brasil, durante o século XVIII, que emitiam moeda de ouro para circular no Reino possibilitou que parte dos fluxos se realizasse já em moeda<sup>8</sup>. Desde 1702 no Rio de Janeiro e desde 1714 na

---

<sup>7</sup> Ver Frédéric Mauro, «O império luso-brasileiro, 1620-1750», in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VII, Lisboa, 1991.

<sup>8</sup> Este trabalho baseia-se, como já tivemos ocasião de referir, na nossa tese de doutoramento apresentada em 1999. Entretanto, iniciámos, conjuntamente com Maria Manuela Rocha e Leonor Freire Costa, no âmbito do Gabinete de História Económica e Social do ISEG, um projecto de investigação intitulado *O Ouro de Brasil: Agentes e Transporte (1721-1765)*, onde algumas das nossas hipóteses de estudo têm vindo a ser confirmadas. Entre essas hipóteses encontra-se a da abundante chegada de ouro sob a forma monetária. Ver também Paulo Alexandre Marques Lopes, *Minas Gerais Setecentista: uma «Sociedade Aurífera»*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001 (dissertação de mestrado policopiada), onde são publicados alguns manifestos das naus provenientes do Brasil e onde também se pode confirmar a chegada de grandes quantidades de ouro já amoedado.

Baía cunhava-se moeda de ouro portuguesa em simultâneo com a moeda provincial de prata ou cobre que tinha por exclusivo as transacções internas brasileiras. A acreditar em alguns dos documentos coevos, a existência destas Casas da Moeda não foi assunto pacífico entre a Coroa e os negociantes. Os negociantes, numa lógica mercantil, defendiam que das diversas regiões do Império os produtos deviam ser transportados na sua forma bruta, o açúcar em grão, o tabaco em corda, a sola em couro e, nessa medida também, o ouro em barra e não em moeda. Mas a Coroa considerou que o melhor meio de controlar o contrabando e aumentar as receitas de senhoria-gem seria abrir Casas da Moeda no Brasil. E assim aconteceu.

Contudo, se nem todo o ouro era transportado em moeda, e uma vez que o objectivo é calcular a oferta monetária, teremos de determinar os montantes amoedados, em particular na Casa da Moeda de Lisboa, única oficina monetária em laboração no Reino depois de 1714. Uma vez conhecidos os montantes cunhados de moeda metálica, questionar-se-ão as variáveis que influenciaram os níveis de emissão monetária e de que forma agentes económicos privados e Estado os determinaram. Na época as emissões monetárias ainda não eram um exclusivo estatal, como mais tarde ocorrerá<sup>9</sup>. Os particulares podiam dirigir-se livremente à Casa da Moeda para cunhar espécies metálicas de ouro ou/e prata, mediante o pagamento do direito de senhoriagem, daí que também determinem os quantitativos amoedados.

Num século em que se verificou, por via das despesas militares, o aumento da despesa pública na maior parte dos Estados europeus<sup>10</sup>, um estudo de história monetária terá de questionar de que forma a política monetária continuou a assumir uma dimensão essencialmente fiscal. Ou se, pelo contrário, as receitas provenientes de manipulações monetárias se tornaram relativamente insuficientes face ao crescimento das despesas.

A articulação entre variáveis monetárias e outras variáveis macroeconómicas, nomeadamente, preços e receitas públicas, permitirá o estudo de conjuntura. Trata-se de estudar a relação entre oferta monetária e crescimento real da economia portuguesa.

---

<sup>9</sup> Em Portugal, esse exclusivo data de 1891.

<sup>10</sup> Ver Jorge Braga de Macedo, Álvaro Ferreira da Silva e Rita Martins de Sousa, *op. cit.*, 2001.

É, pois, através da abordagem destas questões que poderemos avançar na comparação internacional e situar Portugal no contexto monetário europeu da época. A análise mais cuidada das diversas componentes da história monetária portuguesa setecentista poderá ser também um contributo para os debates sobre o regime monetário do século XIX. Continua a questionar-se por que terá sido Portugal o segundo país, logo a seguir a Inglaterra, a aderir ao sistema monetário do padrão-ouro, em 1854. Angela Redish e Pablo Martin-Aceña defendem que a adopção do padrão-ouro em Portugal foi precedida da existência de um *stock* de moedas de ouro e da recepção de enormes quantidades de ouro do Brasil<sup>11</sup>. Isto significa que para aqueles autores, mais do que motivos de natureza comercial, uma vez que a Inglaterra era o principal parceiro comercial de Portugal e poderia ter ocorrido aquilo que Eichengreen designa por «network externalities»<sup>12</sup>, terão estado presentes razões que se prendem com a história monetária do século XVIII e que passam pelas remessas de ouro brasileiro e suas repercussões na oferta e na circulação monetária.

Circunscreveremos esta análise ao período compreendido entre 1688 e 1797, encontrando esta delimitação fundamento em causas de ordem diversa. A primeira justificação encontramos-na na periodização do regime monetário. No último quartel de Seiscentos o regime vigente em Portugal é ainda o bimetalismo ouro-prata<sup>13</sup> e a unidade monetária o *real*<sup>14</sup>. Em 1688, o valor nominal das moedas de ouro e de prata irá alterar-se sofrendo ambas as moedas uma desvalorização de 20 %. O valor, o peso e o toque

---

<sup>11</sup> Ver Jorge Braga de Macedo, Barry Eichengreen e Jaime Reis (org.), *Convertibilidade Cambial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1995. Nesta mesma obra, ver, em particular, o artigo de Jaime Reis «Portugal: o primeiro a aderir ao padrão-ouro, Julho 1854».

<sup>12</sup> Barry Eichengreen, *Globalizing Capital — A History of the International Monetary System*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1996.

<sup>13</sup> O bimetalismo ouro-prata domina na Europa do século XVIII. No entanto, noutras regiões do Globo não é o par ouro-prata que define as regras bimetálicas. No caso da China, por exemplo, o regime monetário definia-se por ser um bimetalismo prata-cobre. Ver Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, tomo I, Paris, 1979.

<sup>14</sup> O *real* foi adoptado como unidade monetária em 1435.

das moedas de ouro permanecerão inalteráveis até 1822, enquanto o marco de prata apenas modificará o seu valor em 1734 e 1747<sup>15</sup>. Desta forma, e sob o aspecto estritamente legal, sublinhe-se, 1688-1797 é um período de estabilidade no sistema monetário português, sendo 1688 o marco temporal de viragem da política monetária adoptada desde as guerras da Restauração<sup>16</sup>.

Razões de âmbito internacional justificam igualmente que o marco temporal de início deste trabalho se torne pertinente. A importância do ouro reemerge, assistindo-se a um novo ciclo do ouro, e o Novo Mundo volta a ser o centro das atenções dos Europeus. Numa periodização global do movimento dos metais preciosos, Frank C. Spooner considera o período compreendido entre 1450 e 1550 como o século do ouro, voltando este metal a ser o mais importante na circulação apenas na década de 80 de Seiscentos<sup>17</sup>. Na segunda metade do século XVI e inícios de Setecentos (1610-1620) a prata foi o metal precioso principal, enquanto durante o meio século seguinte a prata, o ouro, o cobre, o crédito, respondem em conjunto aos pedidos da actividade económica. Para Spooner «from the late seventeenth century, there was something of a renewal of the monetary phases of the previous two centuries» sendo de destacar «the failure, or relative shortage, of gold in more than a century after 1550, during a sort of ‘Hundred Year’s War’ when silver and copper were the standard currencies struggling with a gold problem»<sup>18</sup>.

A periodização da história de Portugal realizada por Vitorino Magalhães Godinho enquadra o nosso trabalho no complexo histórico-geográfico, cujos vectores dinâmicos fundamentais se localizam no Império Atlântico<sup>19</sup>. Este complexo histórico-geográfico inicia-se na franja de 1670-1680 e termina quando o antigo regime entra em crise, isto é, em finais do século XVIII ou começos

---

<sup>15</sup> Ver o capítulo II.

<sup>16</sup> Ver Rita Martins de Sousa, art. cit., 2003.

<sup>17</sup> Ver Frank C. Spooner, *The International Economy and Monetary Movements in France, 1493-1725*, Cambridge, 1972.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>19</sup> Ver Vitorino Magalhães Godinho, «A divisão da história de Portugal em períodos» e «A evolução dos complexos histórico-geográficos», in *Ensaios*, tomo II, Lisboa, 1978.

do XIX. Uma vez que, com a noção de complexo histórico-geográfico, se pretende salientar a dinâmica das economias parciais, os metais amoeáveis e as espécies monetárias são componentes dessa dinâmica, pondo em causa para além das economias-mundo uma economia mundial<sup>20</sup>.

Na história da Casa da Moeda de Lisboa, em cujo arquivo se encontra o núcleo principal das fontes deste trabalho, 1686 é o ano da publicação do *Regimento que S. Magestade que Deos guarde manda observar na Casa da Moeda*, sendo este a iniciar o segundo período da sua história técnica e organizativa<sup>21</sup>.

Quanto a 1797, é o ano em que é instituído o papel-moeda emitido pelo Estado (lei de 13 de Julho)<sup>22</sup>. Se datam de 1687 (decreto de 22 de Março) os designados escritos da Casa da Moeda e se de 1766 (alvará de 21 de Junho) a 1771 (alvará de 23 de Fevereiro) o Estado concedeu poder liberatório e curso forçado aos bilhetes dos institutos privados e às acções das grandes companhias comerciais, só em 1797 se assiste a uma ruptura com as regras do sistema bimetalista<sup>23</sup>. Por um lado, os escritos da Casa da Moeda eram mais uma moeda de papel do que papel-moeda,

---

<sup>20</sup> Ver Vitorino Magalhães Godinho, «A economia monetária e o comércio a longa distância», in *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, 1990, e Peter Mathias, «A formação de uma economia mundial», in *Ler História*, n.º 11, 1987, pp. 77-93. Sobre o conceito de economia-mundo, ver Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*, New York, Academic Press, 1974.

<sup>21</sup> Ver Carlos Bastien, «Para a história da Casa da Moeda de Lisboa — Aspectos técnicos e organizativos da produção da moeda metálica», in *Estudos de Economia*, vol. XII, n.º 1, Out.-Dez. de 1991, pp. 43-78.

<sup>22</sup> A lei de 13 de Julho de 1797 determina que 1200 contos de um empréstimo público fossem realizados em apólices com curso forçado.

<sup>23</sup> No reinado de D. Pedro II mandou-se recolher toda a moeda cerceada e determinou-se que os recibos dados em troca tivessem curso obrigatório: «todos os escritos da Casa da Moeda desta cidade corram de hoje em diante em todo o genero de negocio, como dinheiro de contado pera que assim se evitem os prejuizos que se considerão na mercancia, em cujo favor só mente mando correr os dittos escritos», pode ler-se no decreto de 22 de Março de 1687. ACML, *Registo Geral*, livro 1.º, fl. 447; sublinhado nosso. No estudo *O Papel-Moeda em Portugal*, Lisboa, Banco de Portugal, 1985, consideram-se estes escritos como «a primeira forma específica de papel-moeda» existente em Portugal.

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 — Grupo ocupacional dos moedeiros (percentagem do total de entradas em cada período).....	45
Quadro 2 — Amoeção de ouro entre 1688 e 1797 (períodos, montantes, médias anuais).....	95
Quadro 3 — Amoeção de ouro entre 1701 e 1750 (dados estimados segundo Soetbeer e dados efectivos).....	99
Quadro 4 — Amoeção decenal de ouro entre 1691 e 1797 (quantidade e valor).....	100
Quadro 5 — Ouro entregue na Casa da Moeda de Lisboa e cuja proveniência é a Casa da Moeda do Porto (quantidade).....	102
Quadro 6 — Amoeção e fluxos de entrada de ouro (1701-1797) (dados decenais).....	105
Quadro 7 — Amoeção de ouro para o Estado e para os particulares (1703-1797).....	108
Quadro 8 — Amoeção de prata entre 1688 e 1797 (períodos, montantes, médias anuais).....	112
Quadro 9 — Contratos de arrematação do cobre (século XVIII).....	116
Quadro 10 — Recunhagens de ouro entre 1688 e 1797 (valor e quantidade).....	126
Quadro 11 — Recunhagens de prata entre 1688 e 1797 (valor e quantidade).....	130
Quadro 12 — Composição da amoeção de ouro entre 1688 e 1797 (por tipo de moedas).....	134
Quadro 13 — Composição da amoeção de prata entre 1721 e 1797 (por tipo de moedas).....	138
Quadro 14 — Imposto de senhoriagem legal (1688-1797).....	141
Quadro 15 — Imposto de senhoriagem efectivo para a prata (1773-1797).....	142
Quadro 16 — Imposto de senhoriagem do cobre (1761-1797).....	143

Quadro 17 — Desvio legal permitido no peso das moedas de ouro tendo em conta o seu valor facial .....	147
Quadro 18 — Desvio legal permitido no peso das moedas de prata tendo em conta o seu valor facial .....	150
Quadro 19 — Composição das chegadas de ouro do Brasil (1703-1784)	160
Quadro 20 — Composição das chegadas de ouro e amoedação na Casa da Moeda de Lisboa (1704-1789) .....	161
Quadro 21 — Entrada de metais preciosos na Casa da Moeda de Lisboa (1515-1797) .....	163
Quadro 22 — Emissões monetárias de ouro e prata .....	167
Quadro 23 — Análise comparativa das emissões monetárias (Portugal, França e Inglaterra) .....	168
Quadro 24 — Trigo .....	176
Quadro 25 — Milho .....	178
Quadro 26 — Centeio .....	178
Quadro 27 — Azeite .....	179
Quadro 28 — Vinho .....	179
Quadro 29 — Arroz .....	179
Quadro 30 — Sal .....	179
Quadro 31 — Carne de carneiro .....	180
Quadro 32 — Carne de porco .....	180
Quadro 33 — Carne de vaca .....	180
Quadro 34 — Carne de cordeiro .....	180
Quadro 35 — Cabrito .....	181
Quadro 36 — Galinha .....	181
Quadro 37 — Ovos .....	181
Quadro 38 — Linho .....	181
Quadro 39 — Lenha .....	182
Quadro 40 — Carvão .....	182
Quadro 41 — Coeficientes de ponderação de NV e de DJ .....	187
Quadro 42 — Coeficientes de ponderação .....	188
Quadro 43 — Análise comparativa da taxa de crescimento conjuntural dos preços .....	192
Quadro 44 — Desvalorizações monetárias e comportamento dos preços (1642-1690) .....	193
Quadro 45 — Médias quinquenais da estimativa da oferta de ouro (em contos) .....	222
Quadro 46 — Estimativa global da oferta de moeda metálica em 1797	226
Quadro 47 — Estimativa comparativa da oferta monetária (1890, 1797 e 1688) (em contos) .....	229
Quadro 48 — Estimativa comparativa da oferta monetária (1840, 1797 e 1688) (em contos) .....	230
Quadro 49 — Oferta monetária, índice geral de preços e receitas públicas .....	233

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Amoeção de ouro em quantidade entre 1688 e 1797 (marcos) .....	96
Gráfico 2 — Amoeção de ouro em valor entre 1688 e 1797 (contos) .....	97
Gráfico 3 — Amoeção decenal de ouro em valor entre 1691 e 1797 (contos) .....	101
Gráfico 4 — Chegadas de ouro do Brasil e amoeção entre 1699 e 1788 (contos) .....	104
Gráfico 5 — Amoeção de ouro para os particulares e para o Estado (contos) .....	107
Gráfico 6 — Amoeção de prata em quantidade entre 1688 e 1797 (marcos) .....	110
Gráfico 7 — Amoeção de prata em valor entre 1688 e 1797 (contos) .....	111
Gráfico 8 — Amoeção de cobre em quantidade entre 1688 e 1797 (arráteis) .....	119
Gráfico 9 — Amoeção de cobre em valor entre 1688 e 1797 (contos) .....	120
Gráfico 10 — Amoeção de ouro e prata em quantidade entre 1688 e 1797 .....	122
Gráfico 11 — Composição da amoeção total em valor entre 1688 e 1797 .....	123
Gráfico 12 — Recunhagens de ouro entre 1688 e 1797 (marcos) .....	128
Gráfico 13 — Recunhagens de prata entre 1688 e 1797 (marcos) .....	129
Gráfico 14 — Composição da amoeção de ouro entre 1688 e 1797 (número de moedas) .....	133
Gráfico 15 — Composição da amoeção de ouro por tipo de moedas (1688-1797) .....	135
Gráfico 16 — Composição da amoeção de prata entre 1721 e 1797 (número de moedas) .....	137
Gráfico 17 — Composição da amoeção de prata por tipos de moedas (1721-1797) .....	139

Gráfico 18 — Desvios do preço do ouro amoadado na Casa da Moeda de Lisboa .....	148
Gráfico 19 — Desvios do preço da prata amoadada na Casa da Moeda de Lisboa .....	151
Gráfico 20 — Amoeção de ouro no Rio de Janeiro e em Lisboa (1703-1799) (em contos) .....	158
Gráfico 21 — Entrada de metais preciosos na Casa da Moeda de Lisboa (1515-1797) .....	164
Gráfico 22 — Emissões monetárias de ouro em Portugal, França e Inglaterra (1700-1797) (contos) .....	169
Gráfico 23 — Emissões monetárias de prata em Portugal, França e Inglaterra (1700-1797) (contos) .....	170
Gráfico 24 — Índices de preços (1640-1810) .....	190
Gráfico 25 — Médias móveis dos índices de preços (1640-1810) .....	191
Gráfico 26 — Amoeção de ouro em Lisboa e saldo da balança comercial com a Inglaterra (1703-1789) (contos) .....	204
Gráfico 27 — Taxa de câmbio de Londres sobre Lisboa (1700-1770) ...	212
Gráfico 28 — Oferta monetária de ouro (1688-1797) .....	221
Gráfico 29 — Oferta monetária de prata (1688-1797) .....	224
Gráfico 30 — Oferta monetária de cobre (1688-1797) .....	225

## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos .....	9
Convenções e abreviaturas .....	11
Introdução .....	13

### CAPÍTULO I

#### A CASA DA MOEDA DE LISBOA

1. A centralização geográfica das emissões monetárias .....	29
2. Os oficiais da Casa da Moeda .....	35
3. Os moedeiros: funções e privilégios .....	41
4. Práticas contabilísticas .....	49
4.1. A difusão da contabilidade por partidas dobradas na esfera privada e pública .....	49
4.2. A organização contabilística da Casa da Moeda .....	53
4.2.1. O período entre 1686 e 1761: partidas simples .....	53
4.2.2. O período entre 1761 e 1773: a indefinição do método contabilístico .....	64
4.2.3. O período entre 1773 e 1797: partidas dobradas .....	66

### CAPÍTULO II

#### OFERTA DE METAIS PRECIOSOS E EMISSÕES MONETÁRIAS

1. Regimes monetários e políticas monetárias .....	79
1.1. Das guerras da restauração à desvalorização de 1688 .....	79
1.2. Da desvalorização de 1688 ao papel-moeda .....	86

### CAPÍTULO III

## PREÇOS — CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR

[...] o estudo dos movimentos dos preços apenas permite o conhecimento aproximado do movimento económico porque não há concordância sistemática entre os dois.

ALBERT SILBERT, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, p. 11.

A relação entre circulação monetária e preços continua a ser tema de debate no campo de estudos que designaríamos por história económica monetária, relacionando-se a discussão com a possível influência da circulação monetária sobre os preços <sup>1</sup>. Es-

---

<sup>1</sup> As referências sobre o tema são extensas, por isso deixamos aqui a indicação apenas de alguns estudos sobre a relação entre preços e circulação monetária. A obra clássica continua a ser a de Earl J. Hamilton, *American Treasure and the Price Revolution in Spain 1501-1650*, Cambridge, 1934. Outras referências serão: Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, Paris, 1955, onde se relacionam preços relativos com amoedação; J. Riley and John J. McCusker, «Money Supply, Economic Growth, and the Quantity Theory of Money: France, 1650-1788», in *Explorations of Economic History*, n.º 20, 1983, pp. 274-293; Michel Morineau, «D'Amsterdam à Séville: de quelle réalité l'histoire des prix est-elle le miroir» e «Histoire sans frontières: prix régionaux, prix nationaux, prix internationaux», in *Pour une Histoire Économique Vraie*, Lille, 1985; Jack A. Goldstone, «Monetary versus Velocity Interpretation of the 'Price Revolution': a comment», in *The Journal of Economic History*, vol. 51,